

PANORAMA DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Profa. María Del Pilar Sacristán Martín

Apesar da presença espanhola ter sido uma constante ao longo da História do Brasil, com maior ou menor intensidade conforme as circunstâncias, ela não chegou a despertar um interesse maior a ponto de estimular estudos detalhados e precisos dentro das ciências humanas no Brasil. Muitos motivos levaram a essa carência de pesquisas sobre a imigração espanhola, entre eles, a dificuldade de obter dados precisos de uma comunidade que se integra logo na primeira geração e, portanto, se dilui como grupo social de características peculiares.

Todos, muito especialmente em São Paulo - cidade de longa data acostumada à convivência com estrangeiros - têm vizinhos, parentes, amigos espanhóis ou descendentes de espanhóis.

A familiaridade com o "espanhol", para não dizer com o sotaque, com certas palavras, comidas e hábitos é comum aos paulistas. Por que?

Porque os espanhóis vêm ao Brasil logo depois do descobrimento e desde então participam de seu cotidiano. O primeiro exemplo que sempre se cita é o de José de Anchieta que acabou por tornar-se um símbolo da presença espanhola no Brasil. Ele nasceu em Tenerife, nas Ilhas Canárias e chegou ao Brasil em 1554 com Dom Duarte da Costa para auxiliar o Padre Manoel da Nóbrega no programa de conversão dos indígenas.

Em 1580, quando o Brasil passa para o domínio espanhol, a presença espanhola cresce. Sabe-se que em 1640 mais de 370 famílias moravam na aldeia de Anchieta e que a sua maioria era de origem espanhola. Neste período São Paulo mantinha uma certa independência política e, temendo o poder e influência portuguesa (o Brasil voltava então a ser Colônia de Portugal), os paulistas pretendem aclamar um espanhol, Amador Bueno Rivera, com seu rei. É dessa época que provêm os sobrenomes quatrocentões como Cunha, Ramires, Godoy, Tenório e Martins.

A Espanha desde o século XV presencia a dispersão de seus homens. A princípio por razões de conquista e colonização. A partir do século XIX o êxodo se transformou num movimento de trabalhadores em direção a países que pudessem acolher sua produção e retribuir com condições sociais e econômicas satisfatórias.

O Brasil é um desses países. Embora ,já em 1824, cheguem as primeiras levadas de imigrantes alemães, a partir da segunda metade do século XIX começa efetivamente a imigração ao país.

Em 1850, a necessidade de substituir o trabalho escravo pela mão-de-obra contratada e assalariada, além da preocupação em povoar áreas estratégicas do interior, impeliu o Governo Imperial a facilitar e mesmo estimular a imigração. O Brasil começou então a imprimir um aspecto legal à imigração e, paulatinamente, foram entrando para o trabalho agrário levadas de imigrantes suíços, alemães, italianos, portugueses, espanhóis e ,posteriormente, japoneses. A subsequente libertação dos escravos, pelo Decreto de 13 de maio de 1888, contribuiu ainda mais para a expansão do processo imigratório, e sete meses após a Proclamação da República foi promulgada a Lei Glicério que tratava do transporte e do recebimento de imigrantes.

Em meados do século XIX, a situação do Estado de São Paulo diferia da do resto da nação. Estava no seu auge a produção de café no Vale do Paraíba que logo depois se transferiria para o Oeste, onde se encontravam as condições geo-climáticas ideais para essa cultura. No Vale do Paraíba, a produção fazia-se ainda na base de mão-de-obra escrava, porém o Oeste requiritava uma quantidade de braços que excedia a disponibilidade. Isto ocorria num momento em que o tráfico de escravos estava proibido e o preço dos mesmos havia triplicado, representando um investimento excessivamente oneroso. Recorreu-se, num primeiro momento, ao tráfico interno de escravos - do Nordeste para São Paulo - mas, logo depois, apelou-se para a introdução de mão-de-obra assalariada.

Nas décadas seguintes, as autoridades foram tomando novas atitudes objetivas tendo em vista a captação de recursos humanos do

exterior. Em 1870, o governo paulista votou um subsídio para companhias que transportassem camponeses italianos e, através de um contrato de imigração firmado em 1878, chegaram a São Paulo 90.000 europeus em apenas três anos. Warren Dean, referindo-se a este momento afirma que no Estado de São Paulo "nunca houve escravos em número suficiente, e no correr da década de 1870 já era manifesto que eles representavam um frágil investimento. Em 1873, constituíam apenas 19% da população do Estado, depois de terem sido 28% em 1854. Desviados de novas aquisições de escravos, os lucros de São Paulo poderiam ser aplicados em finalidades mais produtivas. O custo inicial de mão-de-obra europeia era insignificante, comparado ao tráfico com a África. Por volta de 1900, o programa estadual de subsídios à imigração custara tão-somente sete milhões de dólares e carreara para o Brasil quase um milhão de imigrantes" (p.49).

Em 1886 o Governo Central delegou à Sociedade Protetora da Imigração, criada nesse ano por iniciativa de fazendeiros paulistas, a responsabilidade pela política imigratória do Estado, assim como a direção da Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo. "Já com essa estrutura, embora modesta, o imigrante tinha um lugar onde era recebido, a Hospedaria; e lá, funcionando como um verdadeiro mercado de mão-de-obra, o imigrante era contratado e levado para as fazendas. No período anterior a esse, quando ainda a Sociedade Protetora da Imigração não tinha sido formada, o imigrante era levado diretamente do Porto de Santos para as plantações, em comboios, sem ter mesmo tempo de tomar um primeiro contato com o novo país que o recebia" (García-Guillén, 1980, II).

Assim entre 1880 e 1920, São Paulo recebeu uma onda maciça de espanhóis (mais de 500.000) que se dirigiu ao Oeste do Estado de São Paulo para trabalhar na lavoura do café. Esses imigrantes vinham com a viagem custeada e uma série de promessas atraentes: terras, escolas e condições sanitárias adequadas. As promessas não foram cumpridas e a princípio o imigrante viveu em condições servis; entretanto, a constante escassez de mão-de-obra foi obrigando os fazendeiros a criarem contratos de trabalho e a modificarem suas atitudes escravagistas (García-Guillén, 1982).

Em 1910 a Espanha proibiu a emigração ao Brasil para os casos de viagem subsidiada. A decisão foi atribuída à necessidade de salvaguardar os direitos de seus cidadãos, posto que no começo do século produzira-se um escândalo na Europa pela notícia dos maus tratos sofridos pelos imigrantes no Brasil. A Itália tomara a mesma atitude em 1902. No entanto, o Governo Espanhol tinha outros motivos, além do moral, para tal procedimento: a Espanha ressentia-se do êxodo e da peste que estavam ocasionando um vazio demográfico na nação. Apesar disso, São Paulo, segundo García-Guillén (1980, II) recebeu nessa época 135.326 espanhóis, cifra que representava 30,3% da imigração total, superando a portuguesa.

São Paulo iniciava sua industrialização e os espanhóis que não se adaptaram ao contexto agrário dirigiram-se aos grandes centros urbanos onde exerceram diversas atividades, vinculadas ao comércio em geral e à incipiente indústria. Parece que também em Salvador, Bahia, os espanhóis preferiram engajar-se em serviços urbanos, desprezando o trabalho do campo (Braga, 1972).

Entre 1890 e 1929, 551.384 espanhóis entraram no Brasil e desse número, 374.658 estabeleceram-se em São Paulo, formando a segunda colônia mais numerosa dentre as constituídas como produto da imigração, a primeira parece ser a italiana.

Com a Guerra Civil (1936-1939) as dificuldades econômicas da Espanha acentuaram-se, agravadas, ainda mais, pela II Guerra Mundial que pouco depois eclodiu. O êxodo espanhol foi significativo nesse período, tornando-se o Brasil, após Cuba e Argentina, o território que mais espanhóis acolheu na América nesse período.

As condições políticas e sociais do Estado de São Paulo, modificaram-se, principalmente com o fim da II Guerra Mundial, e teve início um intenso processo de desenvolvimento industrial. O fluxo migratório Espanha-Brasil alcança então seu auge, e os espanhóis vêm atender às novas oportunidades que o Estado oferecia. Como diz o Prof. García-Guillén (1980, II), "as melhores condições foram achadas para a maioria, na indústria têxtil, trabalhando em casa para as indústrias de malhas; no mercado de cereais, frutas e óleos, como revendedores; e na comercialização

de ferro-velho, onde a presença espanhola marca até hoje bairros como o Brás e a Moóca". Também eram requisitados como assentadores de azulejos, marceneiros e pintores, por serem considerados bons profissionais nessas atividades.

A tradicional imigração indiscriminada começou a ser substituída por uma imigração seletiva de pessoal técnico especializado. Em 1951, foi criado o CIME (Comitê Intergovernamental de Migrações Européias). Esta entidade, vinculada à ONU, tinha por finalidade auxiliar a migração de refugiados e promover o transporte, recepção e instalação de emigrantes europeus em países que os requisitassem. Entre os incentivos que o CIME proporcionava aos imigrantes que vinham com contrato de trabalho para o Brasil, podem ser citados: a) pagamento das despesas com a viagem e manutenção no país; b) seguro de vida e acidentes; c) garantia para conseguir um segundo emprego; d) organização de cursos de treinamento, especialização e aperfeiçoamento; e f) programa permanente de informação e assessoria. Um grande número de espanhóis, engenheiros e técnicos na área de organização industrial, sempre mão-de-obra- qualificada, entrou no país pelo convênio do Brasil com o CIME. A título de curiosidade, vale registrar que o último espanhol a chegar por intermédio do CIME ingressou em São Paulo em 18/02/1978. Dias após, em 31/03/78, foi rescindido o convênio entre as autoridades brasileiras e o CIME. As questões relativas à imigração passaram ao controle, em São Paulo, da Secretaria do Trabalho e no referente à Espanha, à *Agregaduría Laboral* do Instituto Espanhol de Emigração, vinculado à Embaixada da Espanha.

Entre os anos de 1958 e 1963 a coletividade espanhola estabelecida em São Paulo, principalmente na Capital, atingiu sua máxima participação no que se refere a atividades sociais e culturais. Naquela época existiam na cidade várias entidades hispânicas: "Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos", "Grêmio Dramático Hispanoamericano", "Centro Gallego", "Centro Democrático Español", "Casa de Galicia", "Centro Asturiano", "Centro Español", "Centro Catalán", "Centro Andaluz", "Casa de Aragón", "Casa de Cervantes" e "Casa de España". Produziam-se quatro programas radiofônicos diários: "Alma de España", "Relicario Español", "Ecos de España" e "Ondas de España y Sudamérica". Circulavam quatro publicações em castelhano: "Prensa Hispanobrasileña", "Tribuna Hispânica", "Semana Ibérica" e "Revista Hispanoamericana". Funcionava também uma atuante organização de assistência mé

dica para o imigrante (García-Guillén, 1982). Foram realizadas inúmeras atividades culturais, artísticas, políticas, recreativas e esportivas. Apresentaram-se peças teatrais de diversos autores, recitais, conferências, grupos corais e outros espetáculos, não só dentro como fora das entidades representativas. Foi doado o monumento a Cervantes, colocado nos jardins da Biblioteca Municipal, e já na década de 70 foi erigido o monumento a Federico García Lorca, doado pela coletividade espanhola à cidade de São Paulo. Pelo exposto, faz-se uma idéia da intensa participação que a coletividade espanhola tinha na cidade de São Paulo.

A partir da década de 60, os espanhóis começam a preferir a Europa para emigrarem, seduzidos pelos altos salários e pela vantagem do câmbio. A Europa acolheu esses trabalhadores que representavam mão-de-obra mais barata que a local e também menos exigente em termos de benefícios sociais.

No Brasil, após a revolução de 64, em razão dos atos institucionais que se seguiram ao golpe militar, proibiu-se a transmissão de programas em idioma que não fosse o vernáculo. Isto significou duro golpe para os programas radiofônicos em língua estrangeira, que tinham ampla audiência por parte dos imigrantes.

Entre 1966-67 caiu verticalmente o fluxo imigratório espanhol para São Paulo e o processo inverteu-se. Muitos espanhóis, com o abrandamento do regime na Espanha e sua recuperação econômica, regressaram à pátria. E, desde então, produziu-se uma lenta paralização das atividades culturais antes citadas, até atingir um nível extremamente baixo em torno de 1972. Neste ano, o Atlas da Emigração Espanhola registrava a entrada de 353 espanhóis, sem especificar os Estados em que se estabeleceram, e essa cifra representava 5,8% do total de emigrantes que saíram da Espanha, ou seja, 6.009.

As entidades que desabrochavam ou mantinham uma situação atuante, principalmente na Capital, foram desaparecendo: por falta de condições materiais, pela impossibilidade de desenvolvimento do quadro social e por divergências pessoais de todo tipo. Algumas fundiram-se na atual Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos, que acabou não aglutinando todos aqueles que participavam dos vários centros, mas que é hoje oficialmente a entidade representativa dos imigrantes espanhóis em São Paulo. Foi o único

centro associativo que sobreviveu e conta com subvenção da Espanha.

Atualmente as severas restrições da legislação brasileira no que concerne à entrada de estrangeiros no país e as condições econômico-sociais desfavoráveis inviabilizam o movimento imigratório espanhol.

Em São Paulo, a dispersão é clara. Um número bastante reduzido de espanhóis mantém seus vínculos, participando das atividades oficiais de caráter social e cultural promovidas pelo Consulado, pela Agregaduría Laboral e pelo Colégio Espanhol Miguel de Cervantes; um grupo restrito está filiado à já citada Sociedade de Socorros Mútuos. A grande maioria, no entanto, integrou-se ao país e convive com alguns patrícios por afinidade pessoal ou vínculos familiares e desligou-se dos demais inclusive pela falta de opções quanto ao relacionamento social.

O Brasil, e sobretudo São Paulo, é bastante permeável ao contato com estrangeiros e aceita sem qualquer discriminação o espanhol; ao contrário, muitas vezes o superestima pela sua condição de homem europeu. Este é um dos fatores pelos quais o espanhol não se sente impelido a conviver com a colônia ou com seus compatriotas como única opção de relacionamento social e portanto não procura criar comunidades regionais ou nacionais hispânicas que o protejam ou acolham. A tudo isso alia-se a questão da língua que não cria entraves no contato com os nacionais.

Estes últimos 15 anos transcorreram sem que houvesse uma renovação e incorporação de novos elementos procedentes da Espanha. O tempo, a convivência social e profissional contínua com os brasileiros e a miscigenação fizeram com que o espanhol se integrasse e afrouxasse os laços com seu país, cultura e povo.

Há dois anos, em especial, observa-se um movimento centrífugo dos imigrantes e seus descendentes. Um bom número de espanhóis, muito especialmente aqueles vindos como mão-de-obra especializada nas décadas de 50/60, estão retornando à Espanha na perspectiva de encontrarem condições de vida mais favoráveis. Nota-se também por parte dos filhos e netos de espanhóis - em particular aqueles

que possuem um título universitário e condições profissionais instáveis ou menos favoráveis - um grande interesse em emigrar.

A perspectiva de viver na Espanha ou em algum outro país da Europa, via privilégios obtidos pela entrada desse país no Mercado Comum Europeu, é muito atraente, não só para os espanhóis e seus descendentes.

Assim, parece que estamos vivendo um fenômeno migratório inverso. Desde meados do século passado o Brasil vinha recebendo um contingente de europeus bastante significativo que sonhava com a ascensão econômica e social. Agora o sonho está sendo deslocado para a Europa e outros continentes.

Nota da autora: Este trabalho foi apresentado em forma de aula ministrada em 28/05/88, para a Disciplina Estudo de Problemas Brasileiros e está calcado no Capítulo I da dissertação de Mestrado intitulada "Produção escrita em Língua Portuguesa e Castelhana: realização de imigrantes estabelecidos em São Paulo (1960-1970)", defendida em 1985, perante o Departamento de Linguística e Línguas Orientais da FFLCHUSP.

Bibliografia básica:

Vide folha anexa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA CARTA DE ESPAÑA. (1980) Madrid, Instituto Español de Emigración.

ATLAS de la Emigración - España - 1972. (1973) Valladolid, Ministerio de Trabajo, Instituto Español de Emigración.

BLANCO, J. (1981) Exposición de motivos para la creación de la Comisión Permanente para la Presencia Española en São Paulo. Comunicação não publicada, apresentada ao III Colóquio da Emigração, Colégio Miguel de Cervantes, São Paulo, 02/02.

BRAGA, C.M.L. (1972) Os Espanhóis em Salvador. Análise sociológica das possibilidades de assimilação de um grupo de imigrantes. Salvador, mimeog, (Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia para concurso de Professor Assistente do Departamento de Sociologia).

CENNI, F. (1975) Italianos no Brasil. São Paulo, EDUSP.

DEAN, (s/d) A industrialização de São Paulo. (Trad. por Octávio Mendes Cajado). São Paulo, DIFEL, 2a. ed.

EMIGRACIÓN y justicia social. La nueva Ley de emigración. (1971) Madrid, Ministerio de Trabajo.

GARCÍA-GUILLEN, M. (1980) A participação espanhola no desenvolvimento de São Paulo I. In Diário do Comércio. São Paulo, 4 a 6 out. (Editorial).

GARCÍA SOUTO, J.L. (1978) La emigración española en América y sus hombres. Conferência não publicada apresentada pelo Agregado Laboral da Embaixada da Espanha e Delegado Permanente do Instituto Espanhol de Emigração por ocasião das Festas da Hispandade, no Colégio Miguel de Cervantes, São Paulo, em 18 de out.

MARAM, S.L. (1979) Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920. (Trad. por José Eduardo Ribeiro Moretzsohn). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SHADEN, E. (1979) Imigrantes alemães e japoneses: uma visão comparativa. In Suplemento Cultural. O Estado de São Paulo. São Paulo, 19 de abril, p. 3 a 6.